**Horizontes Antropológicos**

**41 | 2014**
**Antropologia e Políticas Globais**

# Apresentação

**Ondina Fachel Leal e Guilherme Waterloo Radomsky**

**Edição electrónica**
URL: http://journals.openedition.org/horizontes/507
ISSN: 1806-9983

**Editora**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Edição impressa**
Data de publição: 10 junho 2014
Paginação: 9-15
ISSN: 0104-7183

**Refêrencia eletrónica**
Ondina Fachel Leal e Guilherme Waterloo Radomsky, « Apresentação », *Horizontes Antropológicos* [Online], 41 | 2014, posto online no dia 15 dezembro 2014, consultado o 03 julho 2020. URL : http://journals.openedition.org/horizontes/507

© PPGAS

# APRESENTAÇÃO

Este volume dedicado ao olhar antropológico – ou, a muitos olhares na tradição etnográfica – sobre políticas globais toma a gravura da capa como iconográfica deste *encounter* entre políticas e eventos hegemônicos e realidades locais. Trata-se de um detalhe pictórico de um dos biombos de Namban atribuído a Kano Domi, da Escola de Kano do período 1568-1603. Seguindo a concretização do descobrimento por Vasco da Gama, em 1498, do caminho marítimo para a Índia, os portugueses chegam ao Japão em 1543. Os biombos de Namban ou Namban Jin, em seu formato dobrável de vários painéis que apresentam cenas em sequência, conformam uma narrativa sobre a chegada dos europeus, os portugueses, ao Japão. Namban significa os *povos bárbaros* e Namban Jin, *bárbaros do sul*, como foram designados os portugueses naquele contexto, ainda que economicamente tratava-se de Portugal, uma superpotência. Eram os portugueses que, nesse período das grandes navegações e da gestação do capitalismo, possuíam o domínio da técnica e dos meios de transporte marítimo, dos meios de comunicação de então; enfim, tinham monopólio das rotas e do comércio entre o Oriente e o Ocidente e a hegemonia da definição das regras pelas quais se dariam as trocas naquele sistema internacional.

Os biombos de Namban, além de exemplares importantes da arte oriental do século XVI, pela riqueza de seus pormenores descritivos, são tomados hoje como elementos fundamentais da historiografia daquele período, constituindo-se em uma crônica do embate entre duas culturas, entre Ocidente e Oriente. Ao escolhermos essa imagem para inaugurar, ou melhor, *envolver* este volume, tomamos essa representação gráfica como uma etnografia, uma narrativa densa sobre o *outro* e sobre política global, temporal e espacialmente demarcada. São, portanto, as características retóricas que especialmente nos chamam atenção nessa discursividade colonial. Essa narrativa sobre o encontro entre duas culturas e dois lugares de poder é feita a partir de um lugar, do polo então mais destituído de poder no sistema de comércio global que se inaugurava. É esse lugar que nos faz um relato preciso e que é tomado hoje como histórico de um cotidiano da dinâmica cultural e econômica do período. Esse relato feito a partir da perspectiva japonesa sobre os europeus é caricato

e irônico, acentuando as diferenças e o estranhamento na percepção da alteridade: hierarquias sociais, a aliança entre Estado, igreja e comércio; as características físicas dos personagens, grandes narizes e trajes bufantes, a gradação da cor de pele e o lugar social que a diversidade étnica ocupava, os produtos tidos como valiosos revelados em sua trivialidade, denunciando criticamente gostos e *mores* do conquistador. Tomamos essa narrativa como uma forma de apropriação local de um processo de globalização recém-instaurado. Trata-se de uma narrativa plena de ironia que vê o momento da conquista como o palco onde o poder e suas mesuras e circunstâncias fazem rir. Esse relato, em um jogo de representações do Oriente a respeito do Ocidente, inexoravelmente também percebe que aquele que constrói a narrativa a respeito de uma conquista e que ocupa o papel mais vulnerável naquela relação de trocas, faz parte do mesmo evento, acentuando características circenses da crônica desse cotidiano e de uma nova cartografia do mundo.

A proposta deste número de *Horizonte Antropológicos* foi a de reunir trabalhos recentes em torno do tema de políticas globais e constituir uma discussão a partir de uma perspectiva antropológica ou até mesmo de uma antropologia de atores e agências internacionais, de diferentes lugares de poder, de lugares de conquista e de espaços conquistados. Os trabalhos que atenderam a essa demanda foram organizados em torno de três eixos de discussões.

Em primeiro lugar, o objetivo é verificar ou tomar exemplos de como se dá a dinâmica de cooperação de agências internacionais e multilaterais em projetos que propõem o desenvolvimento e intervenção social na sociedade do outro. Qual é o papel de agências ou fundações filantrópicas privadas com atuação internacional? São estas novas formas de colonialismo? Como se dá essa dinâmica entre diferentes Estados-nações, entre a perspectiva global e a perspectiva local? Em segundo lugar, o tema abordado é o de uma economia política global de produção, consumo e troca de informações generalizadas, a formulação de regimes jurídicos e políticas globais e transnacionais que contingentemente devem ou acabam por adequar legislações locais a tratados e novos ordenamentos jurídicos globais. Por exemplo, o caso específico da legislação a respeito de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio acaba por estabelecer um regime global naquilo que diz respeito a alguns espaços virtuais como o uso da internet e de tecnologia de informação. Ao final, outro eixo de discussão e de trabalhos etnográficos presentes neste volume são questões relativas, dado esse contexto de imposição de regramento

global, a como e quais são as formas de reação que a isso se organizam. De que forma novos movimentos sociais e propostas alternativas acontecem, como suas agendas se estabelecem ou se (re)organizam. Como se organiza a assim chamada "global civil society"? Exemplos na área de desenvolvimento, saúde e/ou meio ambiente e respectivas políticas públicas e gestões locais estão presentes em vários estudos aqui apresentados.

O nosso objetivo ao propormos o tema de políticas globais foi o de problematizar os modos como diferentes organizações enfrentam os dilemas e assimetrias inerentes a esse campo, e as desigualdades ou dinâmicas expressas em dicotomias tais como Ocidente e Oriente (para retomarmos a narrativa que é capa deste volume); Norte e Sul; desenvolvimento e *em desenvolvimento*; e global e local.

A antropologia, portanto, tem se voltado às relações globais e às políticas relacionadas aos novos aparatos supranacionais. Percebe-se que não é somente o fenômeno globalização e suas apropriações locais que se tornam objeto de investigação. A própria internacionalização da antropologia se mostra como processo crescente e, com ela, surgem diferentes perspectivas e possibilidades de articulação acadêmica. Para mencionarmos um caso, a Rede de Antropologias Mundiais (RAM-WAN) – enquanto parte desses processos – pode ser considerada uma proposta de deslocamento dos modelos consagrados do eixo Europa-América do Norte de se fazer antropologia, projeto que conta com pesquisadores de muitas partes do mundo e cuja singularidade está em não ter uma agenda única definida. Nessa perspectiva, não apenas questões epistemológicas da antropologia são invocadas à pluralidade, mas aspectos ontológicos sobre que teorias, políticas e processos sociais produzem o mundo. Nesse cenário, novas configurações emergem nos lugares. Sem deixar de atentar para a proposta de Latour (2005) de que todo global ocorre nos lugares, faz-se necessário compreender processos mundializados e a capacidade de determinados atores construírem conectividades mais significativas que outros, portanto cabe à antropologia ultrapassar noções comuns de globalização e perceber as diferenças nas redes, conexões e ligações que são sempre desiguais para os agentes (Escobar, 2008).

Nesse campo de problemas, emergem as etnografias e estudos multissituados sobre entidades de escopo internacional, organizações multilaterais e ONGs de atuação transnacional. Uma parte importante dos estudos tem se concentrado em compreender como noções localizadas se tornam universalmente

aceitas, especialmente sob custódia e força das entidades vinculadas à ONU, tais como a utilização global de índices e indicadores de desenvolvimento (Ilcan; Phillips, 2010; Merry, 2011), os direitos humanos e suas distintas formas de aplicação (Asad, 2003), as redes de organizações que promovem novas modalidades de doação internacional (Mosse, 2005) – especialmente com o cenário testemunhando o aparecimento de novos países doadores, incluindo o Brasil –, a renovação das instituições religiosas nesse campo (Rickli, 2012) e o crescimento dos formatos de cooperações Sul-Sul.

A antropologia das políticas globais assume a preocupação de refletir sobre aspectos de governança (e governamentalidade) que se afirmam para além da esfera dos Estados, pois, tal como recordado por David Mosse (2005), a política internacional de desenvolvimento dos últimos anos é guiada por uma convergência de ideias em torno de democratização, reformas neoliberais e redução de pobreza. Sob o guarda-chuva geral das noções de ajuda e cooperação, modalidades de poder global se intrometem na "custódia" ou como receitas de organismos e constelação de entidades sobre países que desejam resolver "problemas" sociais. Nesse sentido a etnografia parece se renovar ao articular práticas territorializadas, diferentes escalas de ação política e grandes projetos ou programas.

Se há tentativas de padronização mundial em termos de política, cabe registrar que a discussão sobre o global, os lugares e suas conexões permitem perceber as diferentes maneiras de fazer antropologia nesse contexto. Está em jogo a possibilidade de pensar a partir da multiplicidade e da diferença epistêmica no próprio campo acadêmico. A pluralização dos termos tem sido recorrente, tais como a discussão sobre ontologias, relacionalidades, desenvolvimentos, modernidades e, evidentemente, antropologias. Sinalizando uma relação de poder-resistência nesse cenário mundializado, a noção de antropologias dissidentes (Restrepo, 2012) provoca aos pesquisadores da área uma contínua tarefa de reflexão sobre o conhecimento da disciplina, suas tradições e narrativas regionais e nacionais e a tendência de se multiplicarem as possibilidades teórico-analíticas.

Os artigos deste dossiê abordam, cada um a seu modo, os aspectos acima mencionados, em torno da questão central de políticas globais e/ou hegemônicas e realidades etnograficamente escrutinizadas.

O artigo de Letícia Cesarino, que inicia este dossiê, faz uma reflexão epistemológica sobre como a antropologia em sua tradição etnográfica de estudos

*locais* de pequenas comunidades pode trabalhar escalas globais. Através do caso empírico da cooperação brasileira Sul-Sul com o continente africano, entendida como uma produção relacional de um contexto, aponta para reflexividade entre o ofício do antropólogo e a produção de um conhecimento que passa a fazer parte do sistema explicativo tanto dos antropólogos como de seus *nativos*.

A seguir, Maria Macedo Barroso e Natacha Nicaise, tomando o caso de políticas de desenvolvimento na Noruega e na União Europeia, analisam os processos sociais em jogo e como estes estruturam a formação dos sentidos sociais do desenvolvimento e a construção de um discurso moral a respeito de cooperação internacional.

Na mesma linha, o estudo de Catarina Morawska Vianna, toma o caso a agência católica de desenvolvimento internacional da Inglaterra e País de Gales, desvendando princípios que embasam o trabalho das agências internacionais de desenvolvimento.

O trabalho de Maria Lúcia de Macedo Cardoso e Delaine Martins Costa sobre avaliação de projetos sociais apoiados por agências de desenvolvimento oferece uma reflexão sobre o papel do antropólogo e da antropologia aplicada, reafirmando o lugar da etnografia e da teoria antropológica para esse contexto de cooperação internacional.

O estudo de Rebeca Hennemann Vergara de Souza, Fabrício Solagna e Ondina Fachel Leal, partindo do contexto mais geral da produção de políticas globais e acordos a respeito de propriedade intelectual, acordos que regulam também o fluxo de informação e a governança de trocas na internet, foca especificamente os casos norte-americano e brasileiro de regulamentação da rede. O objetivo é desvendar a racionalidade subjacente a esse sistema de produção de regras que atua sobre a esfera pública de redes sociais e de comunicação na internet.

Rafael Evangelista, a partir de dados etnográficos, discute as características, contradições e transformações do movimento e da comunidade *software* livre do Brasil, apontando para os mecanismos de como se deu a eficácia política desse movimento social. Apresenta-nos a dinâmica de diferentes grupos nesse cenário responsáveis pela constituição da assim chamada cultura digital.

Héctor Guerra Hernández examina o processo de modernização em Moçambique, especialmente por meio das revoltas populares em Maputo entre 2008 e 2010, mostrando como um Estado modernizador é simultaneamente

uma forma híbrida entre um neoliberalismo democrático e um autoritarismo dominador e predador dos processos que emergem na sociedade.

Geraldo Adriano Godoy de Campos, Carminda Mac Lorin e Raphaël Canet analisam, a partir de uma antropologia da espacialidade, a emergência do que os autores denominam de espaços globais de mobilização. Comparando o Fórum Social Mundial e o GlobalSquare, os autores examinam as lógicas presentes em cada contexto, as mobilizações políticas alternativas à configuração capitalista contemporânea e suas contradições.

O artigo de Noemi Miyasaka Porro, Renata Menasche e Joaquim Shiraishi Neto compara dois casos em que se entrelaçam os conhecimentos tradicionais e as tentativas de implementação dos regimes de propriedade intelectual. Examinando as quebradeiras de coco de babaçu no Maranhão e produtores de queijo serrano no Rio Grande do Sul, mostram como as comunidades resistem às formas de apropriação de seus saberes.

Vanessa Perin aborda a temática dos refugiados no mundo contemporâneo sob o ângulo dos aparatos de governo constituídos em torno desses grupos sociais. Tendo realizado uma etnografia em um programa da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, o Centro de Acolhida para Refugiados, a autora examina a operação de um mecanismo de governo que procura produzir e apreender os sujeitos envolvidos nestes processos.

Finalizando a seção dos artigos, Carlos Santos aborda a importante temática da articulação problemática entre os processos de *land grabbing* e a conservação da natureza no Uruguai. O autor aborda o problema através de uma etnografia multissituada sobre a implantação do Parque Nacional Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay e do paralelo avanço do agronegócio no departamento de Río Negro, mostrando os problemas decorrentes para as condições de vida das populações do entorno da área protegida.

A seção *Espaço Aberto* inicia com uma entrevista de Eduardo Restrepo a professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2012. Restrepo fornece um panorama histórico sobre a antropologia na Colômbia e provoca-nos a pensar como "desdisciplinar" a antropologia, especialmente apontando as novas tessituras conceituais que os novos espaços de produção antropológica e as redes transnacionais de cooperação em pesquisa e ensino instituem. Barbara Glowczewski examina criticamente a importância de Emile Durkheim para os estudos sobre totemismo. Trabalhando com aborígenes australianos

contemporâneos busca deslocar a voz etnográfica para o grupo em estudo que reconstrói sua identidade como patrimônio imaterial, conforme as regras do sistema multilateral. Por fim, Claudia Fonseca e Claudia Turra Magni apresentam uma homenagem a Colette Pétonnet, precursora da etnologia urbana, recuperando sua obra, suas contribuições para antropologia contemporânea e revivendo momentos em que a pesquisadora colaborou em projetos e seminários no Brasil.

Ondina Fachel Leal
Guilherme Waterloo Radomsky

## Referências

ASAD, T. *Formations of the secular*: Christianity, Islam, modernity. Stanford: Stanford University Press, 2003.

ESCOBAR, A. *Territories of difference*: place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.

ILCAN, S.; PHILLIPS, L. Developmentalities and calculative practices: the Millenium Development Goals. *Antipode*, v. 42, n. 4, p. 844-874, 2010.

LATOUR, B. *Reassembling the social*: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MERRY, S. E. Measuring the world: indicators, human rights, and global governance. *Current Anthropology*, v. 52, suppl. 3, p. s83-s95, 2011.

MOSSE, D. Global governance and the ethnography of international aid. In: MOSSE, D.; LEWIS, D. (Ed.). *The aid effect*: giving and governing in international development. London: Pluto Press, 2005. p. 1-33.

RESTREPO, E. Antropologías disidentes. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 35, p. 55-69, 2012.

RICKLI, J. Encounter and engagement: negotiating otherness in the Dutch Protestant development cooperation network in Brazil. *Vibrant*, v. 9, p. 599-621, 2012.